



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE VALENCA DO PIAUI/PI

Processo: 00100049720198180117

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUIZA VIEIRA SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer para ao final requerer o que segue:

Esclarece a ré que, em relação ao pedido da parte autora para indenização quanto a despesas médicas, não houve requerimento administrativo, dessa forma, quanto a este pedido se demonstra a inexistência de interesse de agir. No entanto, em relação ao pedido de invalidez, após seu requerimento houve a negativa do pagamento de indenização pela ausência de sequelas.

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Vejamos o entendimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

“APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. PRELIMINAR REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ACOLHIDA.

AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR. RECURSO PROVIDO.

- A ausência do prévio requerimento administrativo, requerendo a cobertura securitária do DPVAT, configura ausência de interesse de agir, a ausência de prévio requerimento administrativo.

- Extinção do feito sem resolução do mérito, art. 485, IV, do CPC.

- Em razão do reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, cumpre esclarecer que a exigibilidade do montante relativo aos honorários advocatícios fica suspensa (art. 98, § 3º, do CPC/2015).

- Recurso de apelação provido.

(Apelação 507283-70007826-52.2012.8.17.0990, Rel. Itabira de Brito Filho, 3ª Câmara Cível, julgado em 19/07/2018, DJE 21/08/2018)”

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça¹.

Cumpra salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir².

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios**³. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico se manifesta na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, requer a extinção do pedido para recebimento de indenização a título de despesas médicas (DAMS) sem resolução do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

VALENCA DO PIAUI, 18 de março de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

¹SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3ª Turma. AgRg no REsp 936574/SP. Julgamento: 02/08/2011. “**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.**”

²SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário. RE 631.240/MG. Julgamento: 10/11/2014. “**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR.**”

³<https://www.dpvatsegurodotransito.com.br/pontos-de-atendimento-autorizados.aspx>

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2018

Aos Cuidados de: LUIZA VIEIRA SANTOS

Nº Sinistro: 3180184905
Vitima: LUIZA VIEIRA SANTOS
Data do Acidente: 26/12/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador ADRIANA CARLA DE SOUSA SILVA

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180184905**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **26/12/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

DADOS DO PROCESSO



- Documento(s) foram inseridos com sucesso! CÓDIGO DO PROTOCOLO:16281414 - 21 de Março de 2019 às 10:50:33

Processo nº 0010004-97.2019.818.0117 (63 dias em tramitação)

Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
Juiz:	JECR de Valença Juiz: KEYLLA RANYERE LOPES TEIXEIRA PROCOPIO		
Assunto:	Seguro « Contratos de Consumo « DIREITO DO CONSUMIDOR		
Complementares:	Procedimento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
Classe:	Segredo de Justiça NAO		
Fase Processual:	CONHECIMENTO	Objeto	OBJETO NÃO CADASTRADO
Situação:	Valor da Causa: R\$ 2.700,00	Data de Distribuição	16 de Janeiro de 2019 às 16:28:05
Cartório Extrajudicial:		Último Evento	Juntada de Petição de Outros Tipos de Petição
Petição P/ Analisar:	1 juntada(s)	Prazos Para certificar em Var	Intimações cumprimentos do cartório
INEXISTENTE			

Destacar movimentações realizadas por:

☐ Magistrados ☐ Secretaria ☐ Advogados ☐ Ministério Público ☐ Cartórios Extrajudiciais ☐ Turma Recursal ☐ Outros

Navegar pelo Processo

Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
26	Juntada de Petição de Outros Tipos de Petição	21/03/2019 10:50	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	2572456_ELABORAR JUNTADA DE DOCS_01.pdf
Arquivos:	JUNTADA DE DOCUMENTOS	Data inclusão: 21/03/2019 10:50			Anexo_01.pdf
25	Remetidos os autos para Secretaria Para Agendar audiência de instrução e julgamento	13/03/2019 12:11	Conciliador	FRANCISCO SAMUEL DE ALMONDES SEPULVEDA	
24	Audiência Conciliação Realizada Sem conciliação	13/03/2019 12:11	Conciliador	FRANCISCO SAMUEL DE ALMONDES SEPULVEDA	
23	Juntada de Termo de Audiência	13/03/2019 12:11	Conciliador	FRANCISCO SAMUEL DE ALMONDES SEPULVEDA	
22	Escrivão/Diretor de Secretaria/Secretário Jurídico	13/03/2019 08:37	Diretor de Secretaria	FRANCISCA IVANA DE JESUS MACEDO	
21	Citação lido(a) P/ SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. em 20/02/19	13/03/2019 08:36	Diretor de Secretaria	FRANCISCA IVANA DE JESUS MACEDO	
20	Juntada de Outros Tipos de Documentos	13/03/2019 08:34	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
19	HABILITAÇÃO ADMITIDA - HERISON HELDER PORTELA PINTO 5367 INPI (Advogado Habilitado)	01/03/2019 08:16	Técnico Judiciário	LANA THAYSA MARQUES REGO	
18	Juntada de Petição de Requisição de Habilitação	28/02/2019 17:34	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
17	Intimação lido(a) (Por LUIZA VIEIRA SANTOS teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 21/02/19 *Referente ao evento Escrivão/Diretor de Secretaria/Secretário Jurídico(11/02/19)	22/02/2019 00:00	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
16	Intimação expedido(a) Para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	11/02/2019 09:36	Diretor de Secretaria	FRANCISCA IVANA DE JESUS MACEDO	
15	Intimação expedido(a) (P/ Adv. de LUIZA VIEIRA SANTOS)	11/02/2019 07:56	Diretor de Secretaria	FRANCISCA IVANA DE JESUS MACEDO	
14	Expedição de Citação Para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	11/02/2019 07:56	Diretor de Secretaria	FRANCISCA IVANA DE JESUS MACEDO	
13	Audiência Conciliação Designada (Agendada para 13 de Março de 2019 às 08:30)	11/02/2019 07:56	Diretor de Secretaria	FRANCISCA IVANA DE JESUS MACEDO	
12	Escrivão/Diretor de Secretaria/Secretário Jurídico	11/02/2019 07:56	Diretor de Secretaria	FRANCISCA IVANA DE JESUS MACEDO	
11	Escrivão/Diretor de Secretaria/Secretário Jurídico	11/02/2019 07:56	Diretor de Secretaria	NICOLLAS REGIS REGO DE QUEIROZ	